

do espelho d'água lacustre. O evento, ocorrido no “tempo dos antigos”, era apontado como crucial para que compreendêssemos não apenas a história do grupo social que nos propúnhamos a estudar, mas, sobretudo, para que fossemos capazes de reconhecer o vínculo especial estabelecido entre os pescadores e sua Lagoa.

O assunto surgia basicamente de duas maneiras: 1) quando comentávamos sobre as grandes dimensões da Lagoa –que na época contava com cerca de 160 km²–, o que levava os pescadores a dizerem algo como “*Já foi muito maior! Só não secaram a Lagoa porque nós, o povo de Ponta Grossa, não deixamos!*” (fazendo referência a um período em que a Lagoa chegou a contar com 370 km²); e 2) quando perguntávamos sobre duas ilhas formadas em frente ao porto da beirada e os pescadores diziam que tinham sido formadas com a terra escavada “*pela draga que queria secar nossa Lagoa*”. Contavam que o objetivo da draga na Lagoa era a remoção do *Durinho da Valeta*, um “ressalto topográfico” que garantia a manutenção de um nível mínimo das águas. Se o *Durinho* fosse removido, a Lagoa seria drenada, o que, por sua vez, satisfaria aos fazendeiros interessados na expansão de suas propriedades. Esta era a versão que contavam os pescadores para iniciar as narrativas sobre uma “revolução” feita, e assim classificada por eles, há muitos anos.

Nesses momentos, de diferentes formas nossos interlocutores nos diziam que: “*A Lagoa Feia é a indústria de Ponta Grossa! Se acabassem com a Lagoa, acabariam também com a gente de Ponta Grossa!*”. Com essas frases, eles buscavam nos explicar a centralidade ocupada pela Lagoa Feia em suas vidas e a importância do *drama* que estavam começando a nos contar. Pois nos eventos que seriam narrados, a Lagoa Feia não era apenas cenário: ela era cenário e personagem que, junto aos pescadores, lutava pela perpetuação da vida em uma narrativa que diluía as fronteiras estabelecidas, de fora, entre natureza e sociedade. Ali, a sociedade era indissociável da Lagoa, pois os pescadores não viviam simplesmente “na” ou “da” Lagoa Feia; eles viviam “com” ela, numa relação que não sabiam quando foi iniciada, mas que pretendiam desdobrar pelos tempos futuros (cf. Valpassos, 2006).

A narrativa que se iniciava visava à apresentação da cosmologia que sustentava um modo de vida. A pesca ali praticada não era representada como uma mera atividade laboral, mas sim como o pilar de um modo de ser e estar no mundo. Entender a “revolução dos pescadores”, desse modo, seria uma forma de acessar suas representações sociais e, ao mesmo tempo, alguns dos conhecimentos naturalísticos que compunham a *fisiocracia agreste* (cf. Mello & Vogel, 2006) da Lagoa Feia.

SOBRE A ETNOGRAFIA DE ALGUMAS HISTÓRIAS DE PESCADORES

Há diferentes modos de entender o que constitui uma etnografia. Durante a primeira metade do século XX, uma etnografia era sinônimo de uma “monografia”, algo que pudesse dar conta da apresentação de um “todo organizado e complexo” que era então entendido como a “sociedade nativa”. Essa perspectiva adotada por antropólogos do período estrutural-funcionalista rendeu trabalhos de peso, ricos em detalhes e capazes de fomentar os debates antropológicos por décadas, até o presente. Sua proficuidade, no entanto, não impediu a observação de uma deficiência notável, aquilo que Max Gluckman (1980: 66) chamou de “*uso do caso pertinente e adequado para ilustrar costumes específicos*”.

Tal prática negligenciava as contradições operantes na vida social e, desse modo, levava a atenção dos leitores para os aspectos que diziam respeito à ordem e à continuidade das “estruturas sociais”. Gluckman sugeria que os casos fossem apresentados de modo a permitir que o leitor pudesse acessar as contradições e incoerências sociais, salientando, desse modo, os conflitos presentes nos contextos analisados. Naquele ínterim, se procurava por um método capaz de expor as fissuras e tensões dos grupos observados ao longo do tempo, num movimento que não apenas incorporava uma dimensão histórica aos estudos etnográficos, mas que dava a ela um lugar de destaque.

O melhor expoente do que Gluckman até então chamava “método de casos desdobrados” foi encontrado na noção de “dramas sociais” desenvolvida por Victor Turner (1957 [1996]; 1980). Ali se apresentava a possibilidade de observar um mesmo grupo ao longo do tempo, incorporando os dados do “presente etnográfico”, mas também lançando mão dos recursos possibilitados pela história oral. E como o trabalho de campo era de longa duração, era questão de tempo para que o etnógrafo tivesse em mãos dados de um certo “passado” do qual ele mesmo fora expectador.

Neste artigo entrelaçamos diferentes fontes de dados etnográficos para apresentar um caso de conflito que acreditamos ser significativo para a compreensão dos dramas sociais decorrentes, no Brasil, da implementação das políticas públicas de saneamento ao longo do século XX. Para tanto, fazemos uso das observações encontradas nas notas de campo de Luiz de

pouco mais sobre os pescadores da Lagoa Feia.

A “revolução” se refere aos momentos em que os pescadores entraram com seus barcos e canoas na Lagoa Feia, em conjunto, para interromper as atividades de uma máquina que sangrava o leito lagunar em toda sua extensão, de leste a oeste, com o objetivo de construir um canal que ligaria o Rio Ururá ao Canal das Flechas. A paralisação da draga do Departamento Nacional de Obras de Saneamento expressava diferentes modos de concepção e administração da Lagoa Feia. Mais que isso: tais eventos revelavam o confronto de diferentes formas de ser e estar no mundo; e, quando evocadas, as narrativas sobre aqueles momentos trazem à tona a disposição dos pescadores para lutar não apenas por sua Lagoa, mas por seu modo de vida.

Para transmitir ao leitor as narrativas que nos foram contadas, começaremos apresentando o contexto em que se encontravam as políticas e a ideologia do Saneamento no Brasil. A partir disso, será possível compreender contra o que se opunham os pescadores da Lagoa Feia. Iniciaremos, pois, com uma breve discussão sobre a ideologia sanitaria nacional para, em seguida, narrar os eventos onde os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos interromperam as obras do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

A IDEOLOGIA E A POLÍTICA DO SANEAMENTO NO BRASIL

Durante a primeira metade do século passado, o pensamento social e a política pública no Brasil foram marcados pela ideologia do saneamento, que se impôs e consolidou progressivamente para transformar-se, durante a Era Vargas, no alicerce do que se poderia chamar de um “Estado Higienista” (Mello & Vogel, 2004). O movimento sanitaria, que impulsionou a constituição do aparato institucional da “saúde pública”, teve por fundamento a tríplice aliança formada por médicos sanitarias, engenheiros hidráulicos e o que hoje chamaríamos de formadores de opinião –intelectuais de diversas categorias, como educadores, mestres (as) e escritores–.

Da ação concertada desses profissionais da sociedade urbana, muitos deles funcionários públicos, resultou uma das maiores, mais extensas, mais estruturadas e persistentes políticas do Estado brasileiro voltada para a tarefa do saneamento urbano e rural do País. No início dos anos de 1940, essa política se intensificou, graças à atuação do leque

de instituições executoras e à criação de um órgão centralizador de tais empreendimentos: o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). A Baixada Campista, no Norte do Estado do Rio de Janeiro, foi uma das principais áreas de atuação deste último, que nela empreendeu, em larga escala, obras de dragagem e retificação de rios e córregos, além da abertura sistemática de canais. Tais intervenções, pela sua magnitude, exerceram um considerável impacto sobre os diversos ecossistemas da planície litorânea do Norte Fluminense, entre eles, o ecossistema da Lagoa Feia.

A maior lagoa de água doce do país foi atingida pelos efeitos diretos e indiretos das obras de engenharia sanitária. Com efeito, os trabalhos de macro-drenagem do DNOS, associados aos diques construídos pelos proprietários de terras, cujas fazendas confinavam com a Lagoa, apressaram o encolhimento do corpo d'água lacustre, que diminuiu de 370 km² para cerca de 160 km² em menos de um século, caracterizando assim uma drástica redução. As alterações decorrentes desse processo causaram mudanças também nas técnicas tradicionais da pesca artesanal, realizada no arraial de Ponta Grossa dos Fidalgos, uma vez que proporcionou a drenagem de áreas antes dedicadas à pesca (cf. Valpassos, 2006; Bidegain, 2002).

A redução e a perturbação ecológica da Lagoa Feia, por sua vez, geraram uma tensão entre fazendeiros e engenheiros sanitaristas, de um lado, e, de outro, pescadores e ambientalistas. Na ideologia sanitarista, as idéias de progresso e desenvolvimento econômico eram centrais e, naquele íterim, a agricultura e a pecuária eram concebidas como atividades geradoras de riquezas para a nação (cf. Cunha, 2002; Góes, 1934; Iyda, 1994; Lamego, 1945; Lobato, 1959; Mello & Vogel, 2004; Valpassos, 2006).

O dessecamento das superfícies alagadiças, nesse sentido, além de promover a redução dos terrenos considerados insalubres, promovia a ampliação das áreas "úteis" para as atividades agropecuárias e, portanto, para a economia nacional. Os interesses dos proprietários rurais e dos sanitaristas, então, se conjugavam na empreitada de saneamento da região; tarefa compreendida como verdadeira cruzada de salvação da nação, que poderia a partir dali abandonar um passado de subdesenvolvimento e doença e enfim adentrar nos trilhos auspiciosos do progresso e da riqueza. Em uma retórica pomposa, Belisário Pena resumia as perspectivas da ideologia sanitarista: "*Sanear o Brasil é povoá-lo, é enriquecê-lo, é moralizá-lo*" (Castro Faria, 2000:432).

Nesse contexto, tanto para os fazendeiros como para os arautos do Saneamento, a “natureza” era concebida como um recurso a ser aperfeiçoado pela técnica e, a partir daí, usufruído pelos homens para gerar desenvolvimento econômico e social. Tal perspectiva contrastava com as concepções de ambientalistas do Norte-Fluminense e também com a dos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos que, embora não compartilhassem das mesmas referências, não entendiam a Lagoa Feia como um mero recurso a ser explorado. Para os ambientalistas locais, a Lagoa era parte ativa de um ecossistema: um componente fundamental para a manutenção do equilíbrio da flora e da fauna, bem como da bacia hídrica de parte considerável da região Norte-Fluminense. Para os pescadores o dessecamento da Lagoa também não era desejável, mesmo que ela não fosse percebida como parte de um “ecossistema”, mas sim como palco e cenário, ativo por si e também por proporcionar os atores que tornavam possível o exercício de um modo de vida pautado na pesca artesanal.

Em fins da década de 1970, essas diferentes formas de perceber e conceber o espaço lacustre vieram a se manifestar sob a forma de um conflito, quando os pescadores e suas famílias tomaram a decisão de paralisar uma draga que, a serviço do DNOS, trabalhava na construção de um canal submerso, projetado para atravessar toda a Lagoa Feia. De acordo com os pescadores, esse canal levaria, fatalmente, ao rompimento do *Durinho da Valeta*, nome pelo qual designam um ressalto topográfico do fundo lagunar, no qual reconhecem o principal responsável pela regulação do nível das águas, e cujo desaparecimento ocasionaria, segundo eles, o inexorável dessecamento da Lagoa.

Com base no conceito de “drama social”, desenvolvido por Victor Turner (cf. Turner, 1974; 1996 e 2008), este trabalho aborda a configuração e a dinâmica das relações sociais na região –com suas cosmologias e concepções de natureza, direito e bem-estar social–, tal como estas se revelam nos conflitos travados em torno da intervenção saneadora do DNOS no ecossistema da Lagoa Feia.

○ DRAMA SOCIAL DA LAGOA FEIA

Propomos, pois, considerar as perturbações ecológicas da Lagoa Feia e os decorrentes conflitos em Ponta Grossa dos Fidalgos sob a perspectiva do *drama social*. Estamos abordando, portanto, um processo político no qual estão em jogo recursos materiais e simbólicos

de grande importância para os grupos envolvidos, e cuja apropriação gera antagonismos inexoráveis, para os quais são almejados modos de composição na esfera pública local.

O *drama* ao qual nos referimos começa a delinear-se no final do século XIX, com os debates sobre a República e as políticas de Saneamento, mas seus contornos se tornam nítidos apenas na década de 1940, quando o DNOS inicia suas atividades na bacia hidrográfica da Lagoa Feia, transformando em ações aquilo que antes apenas compunha um repertório ideológico. Desse modo, com a substituição do conjunto de rios que escoava as águas da Lagoa Feia para o oceano por um vertedouro artificial, o Canal das Flechas, houve uma acentuada retração do espelho d'água lacustre, pois a conclusão do empreendimento “*rebaixou o valor médio das cotas máximas dos níveis de água da lagoa em cerca de 80 cm e também o das cotas médias mínimas em torno de 90 cm*” (Bidegain, 2002: 78). Isso, ao mesmo tempo em que favoreceu a expansão das propriedades dedicadas ao plantio da cana e à criação de gado, reduziu de forma drástica as potencialidades da pesca artesanal lacustre, que historicamente compartilha esse ecossistema com as atividades agrícolas e pecuaristas.

O conflito, mesmo assim, demorou a manifestar-se, mas isto veio a acontecer em fins da década de 1970, quando os pescadores foram tomados pelo pressentimento de que as obras de engenharia hidráulica levariam ao total dessecação da Lagoa. Esse estado de espírito coletivo parece ter surgido e se consolidado a partir do momento em que os pescadores se viram diante da possibilidade do aplainamento do *Durinho da Valeta*. A iminência deste fato, que para o conhecimento local constituiria uma flagrante violação da ordem tradicional, e que não podia, portanto, ser ignorado, criou as condições necessárias para a ação corporativa dos pescadores.

O desencadeamento dessa ação consolida, pois, o primeiro estágio do drama social: a ruptura da norma e, com ela, o início de uma crise que, uma vez instaurada, torna impossível ignorar os interesses conflitantes entre as partes. Para compreender o significado da ameaça ao *Durinho da Valeta* e os motivos que nos levam a interpretá-la como ruptura do drama social –ou seja, como o evento que impõe a necessidade de ação ao mesmo tempo em que manifesta o conflito, tirando os pescadores do estado latente de observadores e obrigando-os a tomar a posição de atores ativos–, devemos recordar que ao longo do trabalho de campo, os pescadores se referiam à Lagoa Feia como um legado divino. Nesse

de vida baseado na pesca e em suas representações. A ameaça de remoção do *Durinho* surge como a ameaça a um modo de vida, pois o *Durinho*, para além de sua substância física que o caracteriza como um “ressalto de arenito”, possui um valor simbólico que pode ser entendido quando um pescador explicou que “cortar o *Durinho* é cortar a mão de Deus!”.

A ameaça ao *Durinho*, desse modo, constitui, para os pescadores, a deflagração do drama social. Isso não quer dizer que o drama, em si, tenha começado ali. Pois os dramas sociais são construções históricas que organizam e reorganizam tanto o passado quanto o presente, em uma espiral de narrativas que orientam e auxiliam na interpretação dos eventos. O drama, portanto, se constitui a partir de um processo e, nesse caso, o processo social em curso já estava há décadas em andamento.

O avanço da draga em direção ao *Durinho* foi o evento que mobilizou os pescadores e fez com que eles entendessem que aqueles acontecimentos representavam um conflito de interesses e que tudo indicava que as políticas de saneamento pretendiam intensificar a redução da superfície lacustre. Já no momento de ruptura do drama, portanto, se configura uma primeira oposição: de um lado, os pescadores que desejam a paralisação imediata das operações sanitárias na Lagoa; de outro, os apoletas do saneamento, que veem naquelas obras um importante meio de aperfeiçoamento da natureza e um empreendimento fundamental para o progresso da nação (cf. Valpassos, 2006).

De um lado encontramos o DNOS, imbuído de sua missão saneadora e investido do poder técnico e da autoridade necessária para executá-la. Com ele se alinham os fazendeiros da região, que vêem no empreendimento sanitário uma oportunidade muito sedutora para ampliar seus canais e pastagens. Estes atores encarnam o poder local instituído, são donos da riqueza e do prestígio social adquirido ao longo dos séculos, desde a ocupação colonial da Região Norte-Fluminense (sobretudo a partir do século XVII), e responsáveis pela configuração e prosperidade históricas da sociedade campista. Em face desta conjugação de forças, erguem-se os pescadores do pequeno povoado de Ponta Grossa dos Fidalgos e os ambientalistas locais.

O que se revela, a partir desse momento, são as diferentes concepções que cada um desses atores presentes na arena do conflito, tem sobre o modo adequado de apropriação do espaço que circunda a Lagoa Feia. Os engenheiros hidráulicos (e, com eles, o aparato institucional e técnico

Os pescadores, por sua vez, podiam contar apenas com o apoio do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza (CNFCN), porta-voz do grupo aqui designado como “os ambientalistas”, que reconhecia a legitimidade da posição de seus pontos de vista e posições, e que, como eles, desejavam uma solução diferente daquela proposta pelo DNOS, sendo esta corretamente negociada com base em conversações e através das vias legais.

A paralisação forçada da draga apresenta certos aspectos dos rituais de reversão de status, tal como os concebia Victor Turner, segundo o qual tais ritos tendem a acontecer nos momentos em que a comunidade inteira está ameaçada. No caso da Lagoa Feia, a ameaça estava representada na draga que, segundo os pescadores, pretendia remover o *Durinho da Valeta* e, assim, dessecar a Lagoa. O fim da Lagoa acarretaria o fim da atividade pesqueira, o que, conseqüentemente, transformaria de modo imprevisível a comunidade, que tem na pesca o ponto principal de sua existência. Se o DNOS trabalhava pelo *progresso* da Nação, os pescadores lutavam pela defesa do que para eles constituía a ordem natural das coisas, tal como instituída pela Providência Divina, ameaçada pela lógica politécnica, em nome do progresso.

Quando os pescadores levantaram a bandeira, um símbolo sagrado para o Brasil, evocaram a proteção do pavilhão nacional. Com esse gesto, simbolizaram seu pertencimento à nação e seu direito de lutar pela preservação da Lagoa, que garantia (e ainda garante) seu sustento e, para além deste, seu modo de vida. É preciso não esquecer, entretanto, que devido à conjuntura política vigente na época dos episódios, para os pescadores (e certamente também para os ambientalistas), a Bandeira do Brasil significava, antes de tudo, uma proteção contra a possível acusação de subversão.

Havia naquele contexto uma preocupação com possíveis represálias, o que se concretizava na preocupação com a preservação do anonimato. No conflito da draga, a questão do anonimato se coloca claramente quando os operadores da draga perguntam pelos chefes do movimento e os pescadores respondem: *“aqui todos são chefes... de família”*. Essa resposta preserva o anonimato dos líderes e, ao mesmo tempo, invoca a indistinção igualitária dos pescadores presentes. A presença de mulheres e crianças junto aos pescadores durante a paralisação da draga, somada à ocultação do nome dos principais personagens do grupo, garante o anonimato de todos, pois deixa as identidades individuais encobertas pelo espesso véu da coletividade.

região. Vale assinalar que, vinte quatro anos depois, no início de nosso trabalho de campo, os pescadores ainda se queixavam dos prejuízos causados à Lagoa e à pesca pelo vinhoto. As promessas que se referiam à Lagoa Feia, portanto, nunca chegaram a se cumprir.

A garantia dada, em nome do Presidente Geisel, de que a Lagoa não viria a secar e de que o *Durinho* não seria violado, no entanto, não fora suficiente para restabelecer inteiramente a confiança dos pescadores, que viam as terras dos fazendeiros avançarem sobre as margens lacustres. Dessa forma, as ações regeneradoras amenizaram a crise apenas durante pouco mais de um ano.

As águas continuavam a recuar e os fazendeiros a expandir suas propriedades às custas da Lagoa, em um contexto em que nada indicava a proximidade da demarcação da área lacustre. Isso gerava a sensação de que as obras do DNOS estavam efetivamente drenando a Lagoa e, nesse contexto, os pescadores voltaram a se mobilizar. Enviaram memoriais aos ministros da Marinha e do Interior e estabeleceram um prazo de três dias para que as obras fossem interrompidas. A crise estava, pois, novamente instaurada. E, caso não fossem atendidas as exigências dos pescadores, o conflito tornaria a eclodir, pois o DNOS já havia acionado um aparato policial visando garantir a continuidade das obras.

Esgotado o prazo e contrariando as recomendações do delegado Fioravante e dos policiais militares, os pescadores partiram, pela segunda vez, em direção à draga para interromper seu funcionamento. Alguns deles entoaram o Hino Nacional, mas não foram acompanhados pelos demais. Em seguida, alguém puxou o grito “*o povo, unido, jamais será vencido*”.

A draga foi, assim, paralisada pela segunda vez no dia 23 de outubro de 1979 e novos mecanismos reparatórios foram acionados, desta vez pela Câmara dos Vereadores. Isso resultou no encontro entre o Diretor Regional do DNOS, Acir Campos, e os membros do Legislativo municipal, para que fossem discutidos os problemas relativos aos conflitos em torno da Lagoa Feia. Nesse encontro, Acir Campos argumentou que as obras do DNOS visavam a “preservação, manutenção e recuperação da Lagoa Feia”, vítima de “agentes naturais”. Para o engenheiro, as grandes oscilações do volume d’água da Lagoa, nos períodos de chuva e de estiagem, assim como o seu assoreamento, provocado pelos rios Ururá e Macabú, eram

pescadores representam concepção ambiental “comunalista”, onde a separação radical entre natureza e cultura/sociedade não se coloca. Como salienta Pálsson (2004:84), “tanto no orientalismo como no paternalismo ambientais, os homens são amos da natureza”. Nessas concepções o que se destaca são relações de dominação; dualismos expressos nas atividades de exploração ou preservação ambientais. Enquanto isso, na concepção comunalista dos pescadores, que decidimos chamar de *fisiocracia agreste*, o que se destaca é a interação entre o homem, o divino e seu legado manifesto nos atores/agentes “naturais” representados pelos animais, vegetais, ventos, águas e os demais componentes disso que se acordou denominar, numa linguagem moderna exterior ao universo dos pescadores da Lagoa Feia, de ecossistema.

A “revolução” dos pescadores, enquanto drama social, expõe as distintas concepções sobre a Lagoa Feia e sobre o cosmo. São, portanto, ideologias sobre a vida, os homens e o ambiente que se antagonizam nas disputas para apropriação e utilização do espelho d’água da Lagoa Feia e também de suas margens. O drama social chega, enfim, ao estágio da reintegração com a visita de Acir Campos, quando as obras referentes à construção do canal submerso foram suspensas até a conclusão da instalação das comportas no Canal das Flechas. Mesmo após esse prazo, no entanto, não houve a retomada dos trabalhos da draga na Lagoa Feia, o que fez com que os conflitos passassem novamente a um estado de latência.

Assim, a partir do momento em que foram suspensas as obras do canal submerso, o DNOS pôde continuar a instalação das comportas no Canal das Flechas. A luta dos pescadores e ambientalistas para conter o avanço das terras dos fazendeiros voltou a situar-se apenas no plano jurídico, sem novos confrontos diretos. O encerramento do drama, todavia, não significou a simples resolução dos conflitos locais. Aqueles eventos vivenciados em fins da década de 1970 passaram a fazer parte do repertório dos pescadores como fonte para interpretação das relações e tensões sociais das margens da Lagoa Feia. Para eles, os levantes coletivos para interrupção do trabalho das obras do DNOS representaram atitudes incontornáveis para a salvação da Lagoa e de seu modo de vida: “*Queriam acabar com a Lagoa, mas nós não deixamos! Se aquela draga cortasse o Durinho, ela acabaria com a Lagoa Feia e também com a gente de Ponta Grossa dos Fidalgos. Por isso, naquele momento, houve uma Revolução!*”.

QUADROS SINÓPTICOS DOS EVENTOS

QUADRO SINÓPTICO I – SETEMBRO A NOVEMBRO DE 1978

Mês	Dia	Acontecimentos
Setembro	25	Os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos se organizam para impedir a continuidade dos trabalhos da draga que prestava serviços ao DNOS.
	26	O DNOS entrega o caso às autoridades de segurança e solicita a proteção da Polícia Militar, a fim de garantir a continuidade da construção do canal submerso.
	27	Os dez pescadores convidados a prestar esclarecimentos sobre a paralisação da draga não comparecem à Delegacia da Polícia Federal em Campos.
	28	Convencidos de que não seriam detidos, os pescadores prestam depoimento, onde argumentam que estavam defendendo a Lagoa.
	29	Os operadores da draga começam a desmontá-la.
Outubro	06	Os membros do CNFCN reúnem-se para elaborar um documento alertando sobre os riscos das obras de macro-dragagem para os ecossistemas “asmáticos” da região.
	09	Em visita a Campos, o candidato à presidência da república, João Baptista Figueiredo, recebe em mãos o documento elaborado pelo CNFCN sobre a Lagoa Feia.
	11	O documento é entregue ao delegado Rubson Fioravante e se anuncia seu envio a todos os órgãos ambientais do país.
	12	O CNFCN inicia uma campanha de coleta de assinaturas para fundamentar uma ação popular contra o DNOS e os fazendeiros.
	13	O DNOS determina a reconstrução de um dique-estrada entre os rios Quitunguta e Laranjeiras, revoltando os pescadores de São Tomé, que chegam ao local dispostos a destruir o dique, mas são dissuadidos pelo vereador Russo Peixeiro.
	21	O procurador Gilson da Silva Moraes move uma ação judicial contra os pescadores.
	24	É anunciada a visita à Campos do Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, para debater os problemas entre os pescadores e o DNOS.
	27	O chefe da Residência do DNOS em Campos, Neif Camis, declara à imprensa que o objetivo das obras do Departamento na Lagoa Feia era prolongar sua existência, e não o contrário.

Novembro	01	Rangel Reis promete aos pescadores a proibição do lançamento de vinhoto das usinas nos rios e da região; a reabertura do canal de Quitunguta; e a demarcação da área da Lagoa Feia.
	04	São iniciadas negociações com as usinas da região. O canal de Quitunguta é reaberto e a demarcação da área da Lagoa Feia é postergada.
	22	Neif Camis garante aos pescadores que o Durinho da Valeta não seria violado. Neste mesmo dia são retomadas as obras de construção do canal submerso.

QUADRO SINÓTICO II – OUTUBRO DE 1979

Mês	Dia	Acontecimentos
Outubro	14	Após um recuo das águas da Lagoa Feia, os pescadores organizam um segundo levante contra a draga, mas são dissuadidos pelo delegado Fioravante.
	19	Em Ponta Grossa dos Fidalgos, é realizada uma reunião pública, onde fica decidido que, se os trabalhos da draga não forem suspensos até o dia 22, será realizado um segundo levante para interromper a construção do canal submerso.
	23	Os pescadores paralisam a draga pela segunda vez.
	24	A draga permanece paralisada. No povoado os pescadores discutem as possíveis causas para o recuo das águas.
	25	O Diretor Regional do DNOS chega a Campos e afirma que o único objetivo do Departamento é preservar a Lagoa Feia e, reconhecendo que não conseguiria convencer os pescadores com argumentos técnicos, decide manter a draga paralisada até a instalação das comportas do Canal das Flechas.

.....◊.....◊.....

BIBLIOGRAFÍA

- Bidegain, Paulo; Bizerril, Carlos; Soffiati, Arthur
 2002. *Lagoas do Norte Fluminense. Perfil Ambiental*. Rio de Janeiro: Semads.
 Castro Faria, Luiz de
 2000. *Antropologia – Escritos Exumados 2 – Dimensões do Conhecimento Antropológico*. Niterói: EDUFF.
 Colaço, José
 2015. *Quanto Custa ser Pescador Artesanal? Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Garamond.

Cunha, Neiva Vieira da

2002. *O Espírito do Sanitarismo: Narrativas de Profissionais da Saúde Pública dos anos 30*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Geertz, Clifford

1989. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

Góes, Hildebrando de Araújo

1934. *Saneamento da Baixada Fluminense*. Ministério da Viação e Obras Públicas. Gluckman, Max

1980. "O Material Etnográfico na Antropologia Social Inglesa". En: Zaluar, Alba (Org.) *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.

Iyda, Massako

1994. *Cem Anos de Saúde Pública – A Cidadania Negada*. São Paulo: UNESP.

Lamego, Alberto Ribeiro

1945. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do I.B.G.E.

Lobato, Monteiro

1959. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital – Vol. VIII*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Lukács, Georg

1965. "Narrar ou Descrever". En: *Ensaios sobre Literatura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Mello, Marco Antônio da Silva & Vogel, Arno

2004. *Gente das Areias. História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro*. Niterói: Eduff.

Mello, Marco Antônio da Silva & Vogel, Arno

2006. "Lógica Politécnica Versus Fisiocracia Agreste: Conflitos em torno da Gestão Ambiental num Escossistema no Litoral Fluminense". En: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Vol. 8, Nº1, Rio de Janeiro: ANPUR.

Pálsson, Gísli

2004. "Relaciones humano-ambientales. Orientalismo, Paternalismo y Comunalismo". Em: Descola, Philippe & Pálsson, Gísli (Orgs.) *Naturaleza y Sociedad: Perspectivas Antropológicas*. Delegación Coyoacán, México: Siglo Veintiuno Editores.

Schapp, Wilhelm

2007. *Envolvido em Histórias – Sobre o ser do homem e o da coisa*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor.

Turner, Victor

2008. *Dramas, Campos e Metáforas: A ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: Eduff.

1996. *Schism and Continuity in a African Society. A Study of Ndembu Village Life*. Oxford-Washington: Berg.

1980. "Social Drama and Stories about Them". En: *Critical Inquiry*, Vol.7, Nº1. Chicago: The University Chicago Press.

1974. *O Processo Ritual. Estrutura e Antiestrutura*. Petrópolis: EditoraVozes.

Valpassos, Carlos Abraão Moura

2006. *Quando a lagoa vira pasto. Um estudo sobre os conflitos em torno das diferentes formas de apropriação e concepção dos espaços marginais das Lagoa Feia – RJ*. Dissertação de Mestrado. Mimeo. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA-UFF). Niterói. Disponível em: http://www.Antropologia.com.br/divu/divu45_diss.htm